**A UBERIZAÇÃO NORMALIZADA PELA SOCIEDADE DO DESEMPENHO - COMUNICAÇÃO E CONTROLE NA GIG ECONOMY**

**HESS TAKASHIMA GRIGOROWITSCHS1**

**Artigo para o Encontro Virtual da ABCiber 2020**

**RESUMO**

O objetivo desta pesquisa é analisar as relações de poder na chamada “gig economy”, ou economia sob demanda, à luz do conceito de biopolítica, e compreender como essa forma de organização social se normaliza dada à ideia de sociedade do desempenho. Os valores neoliberais viabilizam esse formato emergente de relações de trabalho e incutem no indivíduo falsas noções de liberdade e autonomia. As plataformas digitais, parte essencial da dinâmica da gig economy, servem como dispositivos de controle entre consumidor, prestador de serviço e mercado.

**Palavras-chave:** Biopolítica; Controle; Desempenho; Gig Economy, Neoliberalismo.

**INTRODUÇÃO**

Este artigo situa-se no cenário de pesquisa da chamada gig economy. Tal cenário significa a flexibilização das relações de trabalho (e, consequentemente, das relações de poder) diante da era digital, possibilitando os trabalhos temporários e de curta duração**,** e alavancando o discurso de empoderamento e autonomia individual neoliberal. Este indivíduo não mais atua de dentro de um escritório, cumprindo tarefas rotineiras em horários preestabelecidos, supervisionado por um chefe, nos moldes da sociedade disciplinar. Agora, ele atua de qualquer lugar, no horário e intensidade que julgar mais adequado, sujeito não mais a um superior, mas a si mesmo. Essa forma de atuação, composta pela sucessão de várias pequenas tarefas, é viabilizada pelas plataformas digitais, que colocam as empresas em contato direto com quem queira trabalhar, sem intermediários. O discurso vigente na gig economy é de que os indivíduos que aceitam esses trabalhos podem, assim, ter total autonomia sobre a sua forma de trabalhar. Dentro da já conhecida premissa neoliberal de esforço e mérito, o trabalhador seria capaz de atuar o quanto quisesse, e assim, seu sucesso econômico dependeria apenas de si mesmo. Ainda, as empresas afirmam que estes indivíduos não são seus empregados, mas seus parceiros, estabelecendo uma ideia de parceria, de relação horizontal (que se mostra evidentemente falsa). Dessa forma, o empregador se livra de obrigações trabalhistas e de responsabilidades, enquanto o indivíduo torna-se o capataz de si mesmo. A gig economy explicita a sociedade do controle Deleuziana, atualizada para o discurso neoliberal que prima pelo desempenho, conforme afirmam diversos pensadores contemporâneos como Byung-Chul Han:

O sujeito de desempenho pós-moderno não está submisso a ninguém; [...] Ele se positiva, ele se libera para um projeto. Mas a mudança de sujeito para projeto não faz desaparecer a violência; em lugar da coerção exterior surge a autocoerção, que imagina ser livre. Esse desenlace está intimamente ligado às relações de produção capitalistas. (HAN, 2017, p.24)

Mudanças na tecnologia impactam em mudanças nas possibilidades dos meios de comunicação. Consequentemente, quando tais mudanças passam a fazer parte do cotidiano de grandes parcelas da população, torna-se quase impossível dissociar uma análise da interação social das influências da tecnologia. Tais mudanças possibilitam, inclusive, novas tendências econômicas, sociais e individuais.

As interações sociais digitais, que foram de inexistentes a massivamente presentes em poucas décadas, trazem novas dinâmicas a serem observadas de forma cautelosa. O mercado consegue, através da manipulação de uma série de valores, lançar mão de estímulos muito atraentes aos indivíduos, que potencializam sua demanda pelo consumo de uma ilusão de autonomia e liberdade. Os resultados humanos desta nova vertente de mercado que vem sendo observados são crises individuais, insatisfação, frustração e valores que se liquefazem com velocidade.

**BIOPOLÍTICA E A SOCIEDADE DE DESEMPENHO**

Conforme observado por Foucault (2008), ao longo do tempo, as relações de poder - e o poder em si - foram se transformando. Ao começar a refletir quanto ao uso político do poder, o filósofo francês “...analisa aquele processo histórico no qual a ‘vida’ emerge como investimento das estratégias políticas” (LEMKE, 2018, p. 53). A biopolítica trata-se, portanto, dessa forma moderna e específica do exercício do poder. Através de suas obras, acompanhamos por séculos tais transformações, que passam pela ascensão e declínio da sociedade disciplinar, e culmina no início da forma de pensar neoliberal. No modelo anterior, da sociedade de soberania, o povo vive pois seu soberano assim o permite. Ele tem a capacidade de fazer o indivíduo morrer, e pode deixá-lo viver se assim o quiser. Essa relação se transforma dada a ideia da biopolítica. Não há mais um soberano nos moldes originais do conceito, mas um Estado que tem em mãos grande quantidade de poder, mas não o poder do cenário anterior. O biopoder é aquele agora capaz de fazer o indivíduo viver, e de deixá-lo morrer se nada fizer. Nota-se que essa inversão de perspectivas acontece justamente pelo fato da vida do indivíduo ser considerada valiosa para o dono do poder, vindo a ser contemporaneamente considerada um elemento subordinado à economia.

No período Moderno, buscando romper com o poder soberano, a construção europeia iluminista, primando pelo racional, acaba por acentuar os elementos disciplinantes da sociedade. A sociedade disciplinar é aquela na qual todo movimento é prescrito e controlado, a vida é normatizada. Existem turnos de trabalho bem definidos, comportamentos a serem aceitos, processos homogeneizados. Os mais diversos ambientes da sociedade estão sujeitos à ordem, e à padronização. As relações de trabalho, no ambiente fabril, por exemplo, possuem postos e funções bastante claras e delimitadas. O proletário passa cada minuto, desde seu horário de entrada até o horário de saída, executando processos, geralmente repetitivos e entediantes, sob o olhar atento de um capataz que o vigia. Este funcionário sabe que se encontra num modelo panóptico, no qual está sendo permanentemente observado e pressionado a cumprir suas tarefas.

A ascensão da forma neoliberal da biopolítica começa a pôr o modelo de sociedade disciplinar em declínio. O neoliberalismo começa a demonstrar tal impacto quando surge primeiramente na Europa e, posteriormente, quando chega aos Estados Unidos. Foucault explora a ideia de que o neoliberalismo tem como uma de suas premissas fundamentais a busca pela forma de se modular o poder político com base na economia de mercado (2008, p. 181). Assim, os agentes do poder econômico constroem sua força na capacidade de manter o indivíduo vivo, e dessa maneira, sujeito às regras do mercado. “O liberalismo, nos Estados Unidos, é toda uma maneira de ser e de pensar” (FOUCAULT, 2008, p.301).

Começa-se a discutir qual seria a natureza do trabalho, que além da venda do tempo do proletário, segundo a visão marxista, possui também dimensões qualitativas. Saúde e conhecimento começam a se tornar capitalizáveis, o que leva à discussão sobre capital humano. Assim, alguns governos começam a oferecer saúde e educação gratuitos, por conta de um interesse econômico nesse poder de “fazer viver”. Há agora uma tensão estabelecida, pois o empresário é dono de todos os capitais, exceto o capital humano, pois este pertence ao indivíduo e ele o emprega aonde bem entender. A partir daí, a sociedade ocidental começa a pensar o indivíduo como o empresário de si mesmo, pois somente a ele cabe a decisão de como investir a si mesmo, como investir em si e como ou o que consumir. A economia passa a colonizar tudo, e não há mais campos não “economizados. A partir de então, a sociedade ocidental passa a valorizar como nunca fora feito a cultura do auto empreendedor. Populariza-se a noção de que o sucesso financeiro depende exclusivamente do mérito do indivíduo, de modo que atingir seus resultados sempre será possível, dependendo do esforço despendido.

Foucault finaliza suas contribuições sobre o tema ainda quando o modelo disciplinar estava em vias de ser substituído. Deleuze, a partir daí, afirma que a sociedade se encontra num modelo não mais disciplinar, mas de controle. Ele conceitua esse tipo de sociedade como sendo aquelas “...que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea” (2010, p. 216). Assim, se na sociedade disciplinar o indivíduo não para de finalizar e recomeçar processos, na sociedade de controle nunca se termina nada. O indivíduo de desempenho nunca acaba de trabalhar, estudar, enfim, performar. O modelo disciplinar pode parecer poderoso e implacável justamente por ser ordenado, sisudo, sólido. Entretanto, é justamente o fato do modelo da sociedade de controle ser maleável e ter uma aparência mais amistosa que o torna eficiente. A abertura de suas estruturas aumenta a abrangência do biopoder.

Buscando uma análise que contemple de forma mais satisfatória a sociedade do século XXI, novos pensadores buscaram atualizar certos modelos e teorias. Byung-Chul Han propõe uma dessas atualizações, ao considerar que a Sociedade de Controle deleuziana tornou-se o que ele chama de Sociedade de Desempenho. Uma das principais evidências apontadas por Han para fazer tal afirmação se dá na troca da negatividade pela positividade. Ele afirma que tanto sociedades disciplinares quanto de controle são marcadas pela negatividade da proibição. A sociedade atual tem o discurso do positivo, do poder individual ilimitado, com o qual o indivíduo pode aflorar seu potencial de desempenho (2015, p. 24). Os modelos anteriores, dominados pela proibição, pela ordem e pela lei, fazem com que os indivíduos que não se adequam às regras tornem-se loucos e delinquentes. O modelo atual é dominado por projetos, por iniciativa e pela motivação, e faz com que o indivíduo inadequado se torne depressivo, com sentimento de fracasso. O sujeito do desempenho ainda carrega a disciplina, mas implícita numa relação positiva de poder, que é o paradigma do desempenho. A depressão seria a expressão patológica do fracasso do homem pós-moderno em ser ele mesmo. Os ideais neoliberais que pregam as infinitas possibilidades a serem alcançadas através de esforço e alto desempenho geram uma pressão esmagadora interna no indivíduo. Essa é uma forma de violência muito poderosa, acentuada pelo fato que o causador direto de tal violência não é externo, mas sim interno. Ele afirma ainda que “não é que o sujeito narcisista não queira chegar a alcançar a meta. Ao contrário, não é capaz de chegar à conclusão. A coação de desempenho força-o a produzir cada vez mais” (2015, p. 85). Assim, este indivíduo não é controlado pela ameaça ou pela chibata, mas sim pela culpa e pela pressão. Este sujeito de desempenho caiu na “...ilusão de acreditar que quanto mais ativos nos tornamos tanto mais livres seríamos” (2015, p. 52).

Ainda tratando da sociedade de desempenho, Han (2019) continua a focar-se nessa transformação estrutural pela qual passa o indivíduo neoliberal. Ele pontua o fato de que verbo mais importante no modelo disciplinar e de controle é o verbo “dever”, enquanto na sociedade atual de desempenho o destaque vai para o verbo “poder”. Isso acontece por conta do ato de apelar à iniciativa própria e à motivação serem mais contundentes para se explorar um indivíduo do que a violência de um chicote ou de uma ordem direta. Essas constatações são fundamentais para o melhor entendimento do caminho que a gig economy percorre para obter tamanho êxito, e serão retomadas nas próximas sessões deste texto.

**O CONTEXTO POLÍTICO BRASILEIRO E A GIG ECONOMY**

Conforme trazido por Brugnago e Chaia (2015), e por Di Fátima (2019), até poucos anos atrás, o Brasil se encontrava em um cenário de relativa apatia política. O cenário de discussão ideológica se dava, principalmente, em torno de uma direita e uma esquerda moderadas que, inclusive, compartilhavam de alguns juízos. Entretanto, após mandatos presidenciais sucessivos do Partido dos Trabalhadores, começa a haver um esgotamento do prestígio da gestão. Os protestos de 2012, que foram subestimados pelos governos vigentes, rapidamente tomaram proporções nacionais. As reivindicações, que a princípio pareciam muito práticas e pouco relacionadas a um partido ou ideologia específicos, foram tomadas por grupos de direita. Os protestos deixam de visar a classe política como um todo e passam a mirar na esquerda, então dominante no cenário político nacional. A direita, e notavelmente a extrema direita também, têm seus valores mais e mais difundidos entre não só os manifestantes, mas também entre os veículos de comunicação. Assim, ao final deste longo capítulo de protestos, a esquerda e todo o seu discurso saem muito feridos, enquanto a direita sai fortalecida, com uma nova roupagem, num discurso mais sedutor e atualizado. Nas eleições presidenciais de 2014, uma dicotomia mais evidente vem à tona. Embora a população se mostrasse bastante dividida, fato este visto no equilíbrio entre os candidatos no segundo turno das eleições, a classe política já era predominada pelos valores da direita e extrema direita. Já havia planos em curso para tangibilizar tais valores. No projeto de tomada de poder da direita, começa explicitamente uma campanha para difamar todo e qualquer valor da esquerda, e prestigiar os da direita. Se aproveitando do fato da maior parte da população estar inflamada emocionalmente pelos recentes protestos, os governos subsequentes passam a emplacar diversas políticas de diminuição de direitos, precarização, arrocho, entre outros, com o simples, porém efetivo, argumento de que tudo o que é contrário à esquerda é correto.

Assim, chegamos num contexto amplamente favorável ao desenvolvimento da *gig economy* e de seus valores no Brasil. As ideias neoliberais, nas quais a economia dos bicos se apoia, haviam se tornado mais justificáveis do que nunca aos olhos do indivíduo médio. O povo é continuamente desorientado politicamente, para que não perceba como se coloca voluntariamente no lugar de elo mais fraco da corrente. Os agentes do capitalismo aproveitaram, de forma contundente, tal momento nebuloso; afinal, “tal desorientação pode ser vista como uma desejável e necessária desterritorialização do capitalismo contemporâneo” (HUI, 2019, p.7, tradução nossa). Dessa forma, o que temos é uma classe média que não teve acesso à politização social - que tem poder de consumo e voz ativa, mas que carrega um senso comum conservador, que ouviu como discurso e tomou como verdade. Que aceita, sem questionar, decisões do novo governo, sejam sobre rigor orçamentário e congelamento dos investimentos, seja sobre flexibilizar o mercado de trabalho. (NEGRI, 2017). Neste momento, a nova gigante Uber, o principal símbolo da gig economy, detecta um cenário perfeito para a expansão de seus negócios. Além da crise econômica, a empresa se beneficiou destes ideais, que floresciam de forma bastante parecida com o que ocorrera nos EUA, em 2008.

Unindo o contexto político, o conceito da *gig economy* e os discursos sedutores propagados largamente pelos meios de comunicação, o indivíduo passa a acreditar, de forma irrestrita, na possibilidade de autonomia econômica, liberdade e crescimento sujeito ao seu mérito. Nada melhor para desvincular-se de um projeto de governo de esquerda, que aparentemente errou em tudo. O trabalhador, agora com todos os malefícios do autônomo, acredita estar fazendo parte do time que está vencendo. Acredita ser parceiro da plutocracia, e que sua parte nessa parceria é confiar e trabalhar como nunca. Mais uma vez, torna-se nítido que “esse desejo por produtividade é consistente com a premissa neoliberal de que uma despolitização tecnológica-comercial é necessária para salvar o ocidente” (HUI, 2017, p.6, tradução nossa).

Gradativamente, estudos e críticas à economia dos bicos vão surgindo. Estudiosos debatem o tema na academia, buscam entender os elementos que tornam esse discurso tão sedutor e eficaz sob a percepção do proletário. Entretanto, enquanto isso, o trabalhador segue aderindo à essa “modernização” do mundo do trabalho (que, na realidade, por vezes acaba se assemelhando às relações supostamente já superadas de trabalho análogo à escravidão). Ademais, começa a surgir um esforço popular em defender esse novo conjunto de valores. Enquanto alguns dos que trabalham na gig economy começam a questionar o modelo, muitos outros defendem o posto de capataz de si mesmo. Dentre os consumidores desses serviços, que se beneficiam desse modelo, também surge essa tentativa de defender e normalizar aquilo que ficou conhecido popularmente como a “uberização” do trabalho.

Tomando como grande exemplo da uberização do trabalho a empresa que dá o nome popular a essa estrutura, Mike Isaac (2020) destaca o fato de que, tanto no contexto do negócio de transportes quanto no de startups de tecnologia, frequentemente se confunde a agressividade na visão empreendedora com a falta de ética e a inconsequência moral. Empresas como a Uber procuram agir “invadindo” o mercado o mais rápido possível, antes que alguma concorrente o faça. Para este espaço ser tomado a força, a atitude escolhida geralmente põe em segundo plano as reflexões ético morais levantadas até aqui neste estudo. As empresas desse molde do Vale do Silício são comumente associadas a casos de cultura machista e assédios, usando como desculpa a já discutida proposta de desempenho e foco em resultados. Essas questões em momento algum foram empecilhos para as diversas rodadas de investimentos milionários que a empresa conseguiu, e que vieram a gerar indagações sobre haver uma nova bolha no mercado de aplicativos e tecnologia. Tampouco foram motivos para a Uber deixar de ser considerada pioneira e exemplo a ser seguido dentro desses segmentos. Pelo contrário, a empresa e sua trajetória tem total alinhamento com os valores neoliberais já citados, e ilustra de forma precisa diversos elementos levantados aqui quanto à Sociedade de Desempenho, amplamente aceitos e seguidos por boa parte dos brasileiros.

**O CENÁRIO PANDÊMICO DE 2020**

Entretanto, a pandemia de 2020 começa a desordenar o sistema e o discurso da economia dos bicos. O isolamento social, fazendo com que as pessoas ficassem trancadas em casa, dependendo dos sistemas de entregas para consumir qualquer tipo de produto, deveria levar a um cenário de aumento de lucratividade para essas empresas de entrega de compras. Esse aumento de lucratividade deveria impactar positivamente também nos indivíduos “parceiros” dessas empresas, os entregadores. Entretanto, começam a surgir por parte destes muitas reclamações e protestos, por afirmarem que não existiu qualquer repasse desse aumento dos lucros. Além dos pedidos terem aumentado, as taxas de entrega também têm aumentado para as empresas que se vinculam aos apps de entrega, enquanto os valores recebidos pelos entregadores não sofreram alterações (ALVES, 2020). Assim, os entregadores começam a se ver sem saída, num trabalho no qual sua posição de autônomo isenta as empresas de qualquer obrigação trabalhista, em meio a um cenário que apresenta alto risco de saúde para aqueles que seguem em atividade. Ao optarem pelo isolamento em casa, esses indivíduos perdem a totalidade de suas rendas; ao escolherem por continuar trabalhando, se arriscam como nunca, sem receber qualquer tipo de adicional.

Frente à situação que surge, parte dos consumidores começa a questionar o modelo de entrega dos aplicativos. Para uns, fica escancarada a injustiça que acomete estes entregadores. No entanto, para outros, tais reivindicações são descabidas. No caso destas pessoas, os princípios neoliberais parecem valer mais do que reivindicações básicas de outros indivíduos. Tais princípios, argumentam, fazem parte da natureza do trabalho desses entregadores, são os riscos de sua atividade, e a pandemia não foge à regra. Argumentam também que as taxas de entrega e as gorjetas (opcionais do cliente) justamente simbolizam o ato de remunerar o risco que este trabalhador corre. Por trás deste discurso, que ignora o real risco de saúde que representa ser um entregador num cenário pandêmico, vemos dois pontos interconectados, que valem ser destacados aqui: o relativismo moral na valoração das vidas e a violência simbólica no discurso de quem desmerece as reivindicações dos entregadores.

Como dito por Greene (2014), não se deve usar uma pessoa como sacrifício para frear um bonde que vem para atropelar outras. Não se deve normalizar a possibilidade de sacrificar indivíduos que trabalham num aplicativo de entrega, em tempos de pandemia, para evitar pôr a si mesmo em risco. Essa relativização, contudo, tenta ser justificada graças aos valores neoliberais nos quais o Brasil, que elege um governo federal de direita, acredita. Tal ato, além de desmerecer a causa pela qual estes trabalhadores lutam, significa uma violência que, mesmo simbólica, tem resultados reais. É possível traçar um paralelo entre esse discurso e a violência simbólica contra o trabalhador de aplicativos que exige algum tipo de direito trabalhista ou reconhecimento, e a concepção de mecanismos ideológicos que explicam a violência velada brasileira (BRUGNAGO; CHAIA, 2015): os que reconhecem a validade das reivindicações utilizam-se do argumento de que a violência, quando ocorre, é temporária, e isso a torna justificável. Pelo fato da pandemia ser temporária, o risco anormal pelo qual os entregadores estão passando seria um ponto fora da curva, e uma exceção não deve ser usada para macular essa estrutura. Os que não reconhecem a validade das reivindicações, muitas vezes usam também o discurso já típico da direita, de acusar os reclamantes de vitimismo. Assim, invertem a responsabilidade de quem pratica e quem sofre a violência. Acusam os entregadores de oportunismo, por estarem reivindicando mais ganhos, justamente num momento no qual seus serviços são importantes para aqueles que permanecem em casa. Colocam a si mesmos e as empresas de entrega como vítimas de uma quase extorsão por parte dos entregadores.

Neste contexto, retomamos Han (2017), que entende que analisar a natureza das formas de violência da Sociedade de Desempenho é crucial para uma melhor análise biopolítica atual. Essa violência dos indivíduos que apoiam a estrutura contra os que são vítimas dela é notável, porém é consequência de uma forma de violência anterior: a violência velada, indireta, subcomunicativa e microfísica, a qual o sistema da Sociedade de Desempenho expõe o indivíduo. Ela ocorre de forma tão subcutânea que muitas vezes passa desapercebida, pois não carrega a negatividade do domínio explícito e coercitivo. “Poder não é apenas o excesso de negatividade, mas também o excesso de positividade, a desmedida do positivo, que se expressa como superdesempenho, superprodução e supercomunicação” (2017, p.9). Essa violência gradativamente vem se tornando internalizada, a ponto de se tornar quase invisível. São raros os casos que expõe de forma expressiva essa violência atual, como no caso do embate entre essas diferentes opiniões quanto às reivindicações dos entregadores de aplicativos.

A própria obrigação de continuidade, presente já na sociedade de controle e destacada aqui na sociedade de desempenho, é uma forma contundente de violência. É o que embasa a metáfora do trabalhador da gig economy ser o capataz de si mesmo. Este indivíduo “...não está mais na frente do inimigo nem do soberano. Já não há instância alguma que o obrigue a gerar sempre mais desempenho. Ao contrário, é ele mesmo que se obriga a isso e que empreende guerra contra si” (HAN, 2017, p.99). Ou seja, o biopoder mais presente nessa sociedade de desempenho não é um poder que coloca o indivíduo em oposição com o outro, mas sim consigo mesmo. É um biopoder que dispersa o indivíduo dentro de si mesmo pelo excesso e imposição de positividade. Corroborando ainda mais com essa situação, as estruturas e os valores implícitos no tecido social colaboram para a continuidade deste processo. Imersos no sistema, as vítimas dessa forma de violência geralmente não se entendem como vítimas ou como dominadas pelo poder. E essa incapacidade de auto diagnóstico é um dos responsáveis da alta eficiência dessa forma de dominação (HAN, 2017, p.159). Ou seja, o fato da violência ser predominantemente simbólica em hipótese alguma atenua a efetividade da dominância das relações de poder as quais ela serve. Pelo contrário, é assim que a nova estrutura garante a manutenção do status quo. “A violência torna-se autorreferente; aquele que explora é o explorado; o agressor é, ao mesmo tempo, a vítima; o burnout é a manifestação patológica dessa liberdade paradoxal” (HAN, 2017, p. 182).

Essa análise da violência autorreferente e cíclica de Han se relaciona com a análise de Sennett sobre a paixão autoconsumptiva no consumo (2011, p. 127). Os ideais neoliberais fazem com que parta do indivíduo essa violência para consigo mesmo. É ele mesmo quem se violenta, ele não precisa de uma figura de autoridade para fazê-lo. Esse procedimento cíclico em torno de si mesmo acontece da mesma forma com o consumo. Na era industrial, a dureza e o rigor disciplinar do trabalho nas fábricas esgotava as energias do indivíduo, fazendo com que este focasse apenas no ato de sobreviver. Dessa forma, ele não possuía energias para, durante seu escasso tempo livre, conceber uma forma mais satisfatória de vida e, assim, buscar consumir em direção a ela. O que se vê hoje em dia é, por um lado, um trabalhador que continua esgotando suas energias em seu trabalho. No entanto, ele foi condicionado a identificar no ato de consumir sua única forma de prazer, de ilusão de escapismo dessa realidade de trabalho extenuante. Esse consumo pode ser o consumo mais tradicional, de buscar bens materiais ou serviços que que o satisfaçam, mesmo que momentaneamente. A peculiaridade do sujeito de desempenho é, entretanto, que frequentemente essa vontade de consumir mais se dá de forma autorreferente quanto a aumentar sua produtividade e sua capacidade de trabalho. Se este indivíduo carrega o credo de que seu sucesso só depende de seu próprio esforço e mérito, e se ele estabelece essa relação direta entre trabalhar mais e alcançar melhores patamares de qualidade de vida, ele então busca investir mais e mais de sua energia residual em maneiras de trabalhar e desempenhar ainda mais. Assim, tal qual a violência para Han, o consumo para Sennett, em suas mais variadas formas, consome a si mesmo – “Uma paixão que se extingue na própria intensidade (SENNETT, 2011, p. 128). Durante o século XX, as explicações para esta forma de consumo autoconsumptivo consideravam o indivíduo consumidor como um indivíduo passivo, impactado pela publicidade e, assim, induzido ao consumo. Nos modelos de sociedade de controle e finalmente de desempenho, o indivíduo adota uma postura ativa, ainda que em algum momento incitada, de consumo. É ele quem motiva a si mesmo no processo de permanecer na roda do consumo. Este consumidor, alienado quanto ao sistema e suas práticas, tem a ilusão de que este consumo seria justamente a sua forma de buscar se desvencilhar de seus grilhões.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Manter a sociedade nesses trilhos não é do interesse apenas dos agentes da *gig economy*, mas de todo o capitalismo. Isso ocorre pelo fato de que a todas essas grandes organizações interessa o mercado de dados. “nesse mercado de dados, o que interessa não é um indivíduo ‘fragmentado’, anônimo ou escondido sob pseudônimos, mas sim um indivíduo unificado, reconhecível, coerente, monitorável e previsível” (MACHADO; MISKOLCI, 2019, p. 2), e é assim que o indivíduo que atua nos mercados de trabalho do sistema capitalista se apresenta. A pandemia tem trazido terríveis consequências, com uma quantidade de casos e de mortos para os quais nem o Brasil e nem o resto do mundo estavam preparados. Entretanto, há que se buscar começar a tirar lições sobre essa sociedade que, cada vez mais, se desnuda. O Covid-19 evidencia discussões sobre a *gig economy* que antes habitavam apenas o espaço mais acadêmico. Este texto foi finalizado enquanto a pandemia ainda persiste, de modo que é impossível prever como, ou se, a sociedade de desempenho, seus valores, e principalmente a gig economy, serão afetados pelas suas consequências. Os primeiros dados apontam para o fato de que a pandemia tem concentrado ainda mais riqueza e, consequentemente, poder. Ademais, empresas de serviços aliados à tecnologia, como no caso do mundo do Vale do Silício, são justamente aquelas que tem encontrado aumento nas suas demandas e nas suas capacidades de expansão de negócios. Sem fazermos qualquer juízo de valor, é seguro afirmar que a gig economy tem desempenhado um papel importante em tempos de isolamento social.

As estruturas de poder modernas tendem a se retroalimentar. Presenciamos um biopoder aplicado aos interesses da manutenção do status quo. Como discutido anteriormente, ainda há uma série de agravantes, dada a sociedade de desempenho, como os elementos autorreferentes, em específico a violência, o consumo e demanda por desempenho, e os discursos meritocráticos. Nossos pensadores contemporâneos não são capazes de afirmar com contundência qual seria – se é que existiria – uma forma de lidar com as regras e peças dispostas neste tabuleiro, a fim de torná-lo menos danoso para os indivíduos nele posicionados.

Alguns estudiosos, num exercício de futurologia, apontam para um mundo pós-pandemia no qual o capitalismo, como o conhecemos, acaba, ou, no mínimo, se enfraquece acentuadamente, a ponto de termos que repensar novas práticas econômicas. Outros consideram que mergulharemos num capitalismo ainda mais feroz, munido agora de novas ferramentas, como os dados pessoais voluntariamente entregues por indivíduos que preferem monitoramento e perda de liberdade à perda de segurança. Pensando no cenário brasileiro, algumas demandas que já existiam antes da pandemia, mesmo que tímidas, como as propostas de regulamentação e readequação da gig economy às normas trabalhistas, passam a receber agora mais atenção. Essa é uma discussão que tende a crescer e continuar em evidência mesmo após a resolução do episódio de saúde global. Outra discussão, há muito negligenciada, que volta a ser lembrada, é a ideia de renda mínima universal. Estes são apenas dois exemplos de debates que ganham força agora, e que demandam estudos multidisciplinares para serem satisfatoriamente resolvidos. Seja para qual cenário estivermos caminhando, faz-se necessário um olhar mais crítico e estudos subsequentes sobre as relações políticas, sociais e de trabalho num mundo que parece estar cada vez mais à mercê das grandes corporações e dos serviços de tecnologia de dados.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALVES, Soraia. Entregadores fazem protesto e reclamam de salários pagos pelos apps de delivery. **B9**, São Paulo, 5 jun. 2020. Disponível em < <https://www.b9.com.br/127207/entregadores-fazem-protesto-e-reclamam-de-salarios-pagos-pelos-apps-de-delivery>>

BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. **A nova polarização política nas eleições de 2014: radicalização ideológica da direita no mundo contemporâneo do Facebook**. Aurora: revista de arte, mídia e política. São Paulo, v.7, n.21, p.99-129, out.2014-jan.2015.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DI FÁTIMA, Branco. Dias de Tormenta. São Paulo: Geração Editorial, 2019

FOUCAULT, Michel; **Nascimento da Biopolítica**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

GREENE, Joshua. **Moral Tribes**. Nova Iorque: Penguin Books, 2014.

HAN, Byung-Chul; **Agonia do Eros**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2019.

HAN, Byung-Chul; **Sociedade do Cansaço**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2015.

HAN, Byung-Chul; **Topologia da Violência**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2017.

HUI, Yuk. **On the Unhappy Consciousness of Neoreactionaires**. E-flux jornal no.81, abr.2017.

ISAAC, Mike; **A Guerra Pela Uber**. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2020.

LEMKE, Thomas. **Biopolítica: críticas, debates, perspectivas**. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2018.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. **Das Jornadas de Junho à Cruzada Moral: O Papel das Redes Sociais na Polarização Política Brasileira**. Sociologia & Antropologia vol.9 no.3, Rio de Janeiro, Sept./Dec. 2019.

NEGRI, Toni. **Para onde vai o PT?**. Ponto de Debate n.10, Fundação Rosa Luxemburgo, 8 de fevereiro de 2017.

SENNETT, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2011.